



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas – DCSA
Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis

Análise do Comportamento Financeiro das Famílias Assistidas com o Programa Bolsa Família: Um Estudo Sobre os Padrões de Gastos familiares na Cidade de Araçagi-PB

Educação financeira

Cayo César Pires Ramos Gomes - UFPB – cayocesar2201@gmail.com

Luiz Marcelo Martins do Amaral Carneiro Cabral - UFPB – luizmarcelocb@hotmail.com

João Marcelo Alves Macedo - UFPB – joao.marcelo@academico.ufpb.br

Luiz Gustavo de Sena Brandão Pessoa - UFPB – gustavobrandao@bol.com.br

Resumo

O propósito deste estudo é explorar o comportamento financeiro das famílias beneficiárias do Bolsa Família em Araçagi, buscando entender como o programa afeta seus padrões de gastos e qualidade de vida. Assumindo uma abordagem descritiva, a pesquisa foi realizada por meio de entrevistas, observações e questionários através do *google forms*®. Para que fosse possível a coleta dos dados, foi elaborado através do *google forms*® um formulário contendo 12 questões de múltipla escolha, que na oportunidade foram respondidas por 120 pessoas beneficiárias do programa. Após a análise dos resultados obtidos, foi constatado que, apesar de o programa ajudar com necessidades básicas como alimentação e saúde, muitas famílias ainda enfrentam dificuldades em poupar ou planejar financeiramente devido a recursos limitados e baixa educação financeira. Os dados coletados indicam que o benefício é fundamental para garantir condições mínimas de sobrevivência, porém, o ciclo de dependência do programa pode ser agravado por fatores estruturais, como falta de acesso a empregos qualificados e educação de qualidade. Nesse sentido, fica evidente que políticas adicionais de capacitação e educação financeira são necessárias para ajudar essas famílias a gerenciarem melhor seus recursos e a romperem o ciclo da pobreza. O tratamento dos dados incluiu análise de questionários e entrevistas conduzidas pelo pesquisador, que, atuando como coordenador do Cadastro Único, teve acesso facilitado às informações das famílias. O estudo também aponta para a necessidade de uma análise contínua do impacto do Bolsa Família, buscando melhorias que possam fomentar o desenvolvimento econômico e social sustentável das famílias beneficiárias.

Palavras-chave: Bolsa Família. Educação Financeira. Padrões de Gastos.

1 Introdução

O Programa Bolsa Família (PBF) é uma das principais políticas de transferência de renda no Brasil, tendo um papel crucial na redução da pobreza e da desigualdade socioeconômica. Lançado em 2003, foi instituído pela Medida Provisória nº 132 e posteriormente formalizado pela Lei nº 10.836 em 2004 (Brasil, 2004). Segundo Zimmermann (2006), o PBF consolidou diversos programas de assistência social do Governo Federal, como Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Auxílio Gás e Cartão Alimentação, com o propósito de simplificar a administração e tornar mais acessível para os grupos mais necessitados. O PBF tem como objetivo fornecer assistência financeira a famílias de baixa renda, contribuindo para o acesso a direitos básicos, como alimentação, saúde e educação.

No entanto, apesar de sua importância, ainda há lacunas no entendimento de como as famílias beneficiárias do programa utilizam esse benefício e como isso impacta seu

comportamento financeiro e qualidade de vida. Como objetivo procura investigar hábitos de consumo e analisar os principais desafios enfrentados por essas famílias. Por tanto, este trabalho se propõe a responder a seguinte questão: **Quais são os comportamentos financeiros das famílias assistidas com o programa bolsa família na cidade de Araçagi–PB?**

Além disso, este estudo na cidade de Araçagi é relevante, pois é um município com cerca de 16.646 pessoas, segundo o censo de 2022 (IBGE, 2024) onde aproximadamente 5.036 famílias são beneficiárias do programa, com valores repassados pelo Governo Federal de R\$3.368.946,00 e um benefício médio de 668,97 por família (Brasil, 2024). Assim, é notório que o bolsa família indica um papel fundamental no desempenho da economia local, sendo importante entender como esses recursos são utilizados pelas famílias, visto que elas possuem um orçamento financeiro apertado e pouco conhecimento sobre educação financeira.

A seleção dos beneficiários é realizada por meio do Cadastro Único, que reúne informações sobre famílias de baixa renda. Para se inscreverem, as famílias devem se dirigir até o CRAS ou posto do Cadastro Único mais próximo de sua cidade e atender a critérios específicos de renda, como ter uma renda per capita de até meio salário mínimo ou uma renda mensal total de até 3 salários mínimos. Para ter direito ao Bolsa Família é necessário ter renda per capita de no máximo 218 por mês (Brasil, 2023).

O Bolsa Família é uma iniciativa de política pública que visa reduzir a desigualdade de renda, incentivando o acesso à educação e à saúde para as famílias mais vulneráveis, proporcionando-lhes um padrão de vida mínimo. Consoante Camargo (2004), essa forma de política social é implementada com o objetivo de mitigar as disparidades na distribuição de renda resultantes de deficiências no funcionamento do mercado.

Para continuar recebendo o benefício, as famílias devem cumprir condicionalidades, como garantir a frequência escolar de suas crianças, realizar consultas de pré-natal, seguir o calendário de vacinação, manter o cadastro atualizado e válido por até 24 meses e monitorar o desenvolvimento físico de seus filhos (Brasil, 2023).

Uma característica distintiva do Bolsa Família é a transferência direta de recursos para as famílias beneficiárias, o que aumenta sua autonomia e capacidade de decisão sobre como utilizar o auxílio. Nessa direção,

Os resultados atribuídos ao Programa Bolsa Família apontam para impactos positivos na sociedade e na economia. Produtos e serviços movimentam o consumo e o mercado; maior número de crianças frequentam as escolas, diminuindo a evasão escolar; têm a saúde preservada, assim como gestantes e nutrízes encontram amparo na saúde e social. Quanto mais inclusiva a educação, maior a possibilidade de melhoria da renda (Bischoff, 2015, p. 97).

Essa abordagem descentralizada e liberal destaca o papel do governo na definição de critérios e monitoramento, enquanto permite que os beneficiários tenham maior controle sobre o uso dos recursos.

2 Fundamentação Teórica

2.1 A dependência do Bolsa Família e gestão de finanças pessoais.

O Bolsa Família desempenha um papel fundamental no auxílio de recursos para custear os gastos essenciais das famílias em todo o Brasil, como por exemplo, saúde e alimentação. Nesse sentido, o Programa foi criado com o objetivo de superar a pobreza das famílias enquanto procuram por oportunidade de emprego ou buscam formas de melhorar sua situação financeira. De acordo com Carvalho Júnior (2006), críticos desses programas sustentam que tais transferências desencorajam os indivíduos de baixa renda a buscar emprego e aprimorar suas

habilidades profissionais, resultando em uma dependência contínua do auxílio. Esse fenômeno é comumente referido como “efeito preguiça”.

Por outro lado, existem algumas barreiras estruturais significativas que podem dificultar a saída da pobreza, como a falta de acesso a empregos decentes, educação de qualidade e serviços de saúde. De acordo com Carvalho Júnior (2006), há também uma perspectiva positiva em relação aos instrumentos de redistribuição. No entanto, o autor observa que, devido à escassez de recursos, o aumento dos gastos com esses benefícios exige um redirecionamento dos investimentos em outras áreas sociais, como educação, geração autônoma de renda e infraestrutura. Essa realocação de recursos pode, no futuro, contribuir para romper o ciclo de dependência dos beneficiários e estimular o desenvolvimento das economias locais.

O Bolsa Família é um dos programas de transferência de renda mais importantes do Brasil, que tem como objetivo principal combater a pobreza e a desigualdade social, proporcionando assistência financeira às famílias em situação de vulnerabilidade social. Segundo Klein (2005), o Programa Bolsa Família foi estabelecido com o propósito claro de promover a construção de uma democracia social que garanta condições sólidas. Dessa maneira, o programa Bolsa Família se configura como uma medida efetiva de redistribuição de renda para as famílias mais necessitadas, visando interromper o ciclo de perpetuação da pobreza. Esses são os principais objetivos delineados para o programa. Para muitas famílias que são beneficiadas com o programa, esse auxílio financeiro é fundamental para garantir necessidades básicas, como alimentação, saúde e educação.

A região Nordeste é a que mais possui famílias beneficiadas com o Bolsa Família, tendo cerca de 9,4 milhões de famílias recebendo o benefício, estando a Paraíba com cerca de 600 mil famílias beneficiadas (Brasil, 2024). Após a saída do antigo Auxílio Brasil e a retomada do novo Bolsa Família (Lei nº 14.601), o Governo Federal garantiu que as famílias receberiam no mínimo 600 reais e fizeram algumas alterações nos valores que as famílias iriam receber, com intuito de suprir as despesas, combater a fome e aumentar a proteção social das famílias.

Benefício de Renda de Cidadania: pago para todos os integrantes da família, no valor de R\$ 142 por pessoa. **Benefício Complementar:** pago às famílias beneficiárias do **Programa Bolsa Família**, caso o **Benefício de Renda de Cidadania** não seja o suficiente para alcançar o valor mínimo de R\$600 por família. O complemento é calculado para garantir que nenhuma família receba menos que o valor de R\$ 600; **Benefício Primeira Infância:** no valor de R\$ 150 por criança com idade entre 0 (zero) e 6 anos; **Benefício Variável Familiar:** pago às famílias que tenham em sua composição gestantes e/ou crianças, com idade entre 7 (sete) e 12 (doze) anos incompletos e/ou adolescentes, com idade entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos incompletos; no valor de R\$ 50 por pessoa que atenda estes critérios (Brasil, 2023, p. 5-6, grifos do autor).

Em Araçagi cerca 5.036 famílias são atendidas em geral, sendo que cada família recebe um valor de acordo com a sua composição familiar, que vai depender de alguns critérios nos quais os valores são acrescidos em casos da família se encaixar em alguns deles. De acordo com o Gov.br, o valor do Benefício de Renda e Cidadania (R\$142,00) na cidade de Araçagi no mês de março de 2024 foi em torno de R\$1.510.099,00, com o Benefício Complementar (R\$200,00) em cerca de R\$1.498.413,00. Já os valores pagos as famílias com o Benefício Primeira Infância (R\$150,00) foram em cerca de R\$226.875,00, as gestantes (R\$50,00) com valores de R\$ 2.775,00, as Crianças de 7 a 12 com valores aproximados de R\$98.725,00 e os adolescentes de 12 a 18 com valores em cerca de R\$23.775,00 (Brasil, 2024).

2.2 Padrões de gastos e o comportamento financeiros dos beneficiários.

A ideia do programa é proporcionar um suporte financeiro para as famílias em situação de pobreza, ajudando a garantir acesso a direitos básicos e promover a inclusão social. Nesse sentido, o Programa Bolsa Família é responsável pela transferência de recursos que podem ser

utilizados pelas famílias para diversas finalidades, como compra de alimentos, pagamento de despesas básicas, como contas de água, luz e aluguel, além de investimentos em educação e saúde, como compra de material escolar, pagamento de transporte para escola e custos com saúde básica.

O Bolsa Família proporcionou uma qualidade de vida mínima para famílias desde sua implementação, no qual trouxe efeitos positivos que auxiliaram melhores condições de vida para as crianças, jovens e adultos em todo o Brasil. Conforme Barros e Lima (2012) argumentam, o impacto de um programa pode variar ao longo do tempo, o que sugere que uma avaliação de impacto deve ser encarada como uma ferramenta de uso contínuo. Isso se deve ao fato de que as conclusões obtidas em um momento específico podem não se manter válidas ao longo do tempo. Dessa forma, essas análises devem ser feitas continuamente, para que o Governo Federal busque sempre melhorias que garantam melhores oportunidades de assistência para as famílias beneficiadas por programas de transferência de renda no Brasil.

Geralmente essas famílias têm um recurso financeiro limitado, o que significa que precisam ser extremamente cuidadosas ao gerenciar suas despesas. Nesse sentido, cada centavo conta, e o orçamento muitas vezes é direcionado para necessidades básicas, como alimentação, moradia e cuidados de saúde. Por conseguinte, poucas famílias conseguem separar quantias para alocar em estratégias financeiras, como guardar pequenas quantias regularmente para emergências ou objetivos de longo prazo, como a educação dos filhos. Assim, as políticas sociais voltadas para a redução da pobreza precisam incluir estratégias que abordem tanto a educação quanto a saúde dos beneficiários, pois esses são fatores essenciais para aumentar a capacidade produtiva e melhorar as condições de vida das pessoas. No contexto brasileiro, é crucial reconhecer que o acesso a serviços de educação e saúde é frequentemente desigual, o que contribui significativamente para a disparidade socioeconômica no país (Estrella; Ribeiro, 2008).

Além disso, a falta de educação financeira e um orçamento tão apertado por esses beneficiários é um desafio para muitas famílias de baixa renda. Portanto, programas de educação financeira que ensinam conceitos básicos de orçamento, poupança e investimento podem ser extremamente benéficos para ajudar essas famílias a tomar decisões financeiras mais informadas e eficazes. De acordo com Costa (2004), as finanças pessoais têm uma ligação direta com o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas, pois englobam escolhas financeiras que afetam diferentes áreas da vida, como saúde, educação e realização de projetos pessoais.

Portanto, possuir um conhecimento básico em gestão financeira é crucial para tomar decisões financeiras corretas e atingir objetivos financeiros de forma eficaz. Essas competências não apenas garantem a satisfação das necessidades básicas, mas também capacitam os beneficiários a planejarem para o futuro, seja reservando recursos para emergências ou investindo em oportunidades de crescimento pessoal e profissional. Esses são passos cruciais para os beneficiários do Bolsa Família romperem o ciclo da pobreza e alcançarem uma maior estabilidade econômica e social.

2.3 Condicionalidades do Bolsa Família e a permanência no Programa

O Programa Bolsa Família faz parte de uma das políticas públicas de proteção social no Brasil onde são transferidos recursos para famílias mais vulneráveis mediante ao atendimento de condicionalidades relacionadas a saúde e educação (Brasil, 2023). Para garantir que o benefício seja utilizado de forma eficaz e que as famílias beneficiárias tenham acesso a serviços básicos, o programa estabelece condicionalidades. Essas condicionalidades são requisitos que as famílias devem cumprir para continuar recebendo o benefício. As principais condicionalidades do Bolsa Família são:

Realização do acompanhamento pré-natal; Acompanhamento do calendário nacional de vacinação; Realização do acompanhamento do estado nutricional das crianças menores de 7 anos; Para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, frequência escolar mínima de 60% (sessenta por cento) e 75% (setenta e cinco por cento) para os beneficiários de 6 (seis) anos a 18 (dezoito) anos incompletos que não tenham concluído a educação básica. (Brasil, 2023, p. 9).

O descumprimento das condicionalidades do Bolsa Família pode levar os beneficiários a sofrerem algumas advertências, como bloqueio, suspensões ou até mesmo o cancelamento do benefício. Segundo Silva (2007), em áreas onde os serviços de saúde e educação são extremamente precários, as famílias em situação de extrema pobreza enfrentam dificuldades para cumprir as exigências do PBF relacionadas à frequência escolar, vacinação e outros requisitos. Diante desse cenário, Silva (2007) sugere que as condicionalidades sejam direcionadas ao Estado, em vez dos beneficiários, para evitar penalizações decorrentes do não cumprimento das condicionalidades exigidas pelo programa.

2.4 Educação financeira e sua importância no planejamento familiar

A educação financeira é fundamental para o planejamento familiar, pois proporciona as habilidades necessárias para gerenciar o dinheiro de forma eficaz. Ela ajuda as famílias a elaborarem orçamentos, identificando receitas e despesas, o que evita endividamentos. Em Jacob *et al.* (2000, p.8), o termo financeira

aplica-se a uma vasta escala de atividades relacionadas ao dinheiro nas nossas vidas diárias, desde o controle do cheque até o gerenciamento de um cartão de crédito, desde a preparação de um orçamento mensal até a tomada de um empréstimo, compra de um seguro, ou um investimento.

Já educação

implica o conhecimento de termos, práticas, direitos, normas sociais, e atitudes necessárias ao entendimento e funcionamento destas tarefas financeiras vitais. Isto também inclui o fato de ser capaz de ler e aplicar habilidades matemáticas básicas para fazer escolhas financeiras sábias (Jacob *et al.*, 2000, p.8).

No contexto do planejamento familiar, essa educação torna-se ainda mais relevante, pois ajuda as famílias a equilibrar suas finanças, garantindo que possam cobrir suas necessidades essenciais e planejamentos futuros. Para as famílias de baixa renda, como os beneficiários do Bolsa Família, a educação financeira é fundamental para o uso consciente dos recursos, pois essas famílias possuem um orçamento financeiro muito curto e necessitam de direcionamento para gerir melhor seus recursos.

As famílias beneficiárias do Bolsa Família enfrentam grandes desafios na administração do benefício, que tem como objetivo a cobertura das necessidades básicas. Segundo Bader e Savóia (2013, p. 212), “pessoas e famílias que vivem em situação de miséria acabam apresentando tamanhas necessidades urgentes – tais como alimentação, saneamento básico, habitação, mínimo de infraestrutura – que as suas necessidades de inclusão financeira ficam em segundo plano”. A falta de uma educação financeira adequada pode resultar em uma má gestão de recursos, ou que muitas vezes leva a criação de dívidas ou ao uso inadequado do dinheiro.

De acordo com Cerbasi (2015), menos de 5% das pessoas conservam suas próprias finanças dentro das recomendações para um bom controle financeiro. Isso demonstra que a educação financeira é um tema relevante que atravessa todos os segmentos da sociedade e todas as classes sociais. Sua importância é fundamental para o bem-estar social das famílias brasileiras, uma vez que o conhecimento e a gestão adequada dos recursos são essenciais para garantir uma vida financeira mais estável e planejada, evitando problemas comuns entre

famílias de baixa renda, como o uso descontrolado de crédito ou empréstimos com altos juros, situações que levam a vulnerabilidade para o aumento das dívidas.

Acerca de endividamento, Santos e Ferreira (2019, p.1) afirmam que “é resultado do acúmulo de comprometimento da renda com determinadas obrigações que podem ser ocasionadas por vários fatores”. Nesse contexto, o endividamento pessoal não está necessariamente vinculado à renda do indivíduo, mas sim à maneira como ele gerencia suas receitas e despesas. Portanto, é possível que a pessoa mantenha suas finanças sob controle através da educação financeira e da elaboração de um planejamento orçamentário.

3 Procedimentos metodológicos

A metodologia utilizada foi uma pesquisa através de entrevistas e consultas, buscando através da plataforma *google forms*® dados quantitativos para identificar o comportamento financeiro e os padrões de gastos familiares do Bolsa Família.

Foram coletados dados por meio de entrevistas estruturadas e questionários aplicados às famílias beneficiárias do programa em Araçagi. De acordo com Severino (2007), os estudos científicos compartilham a característica fundamental de serem originados a partir de um processo de pesquisa e reflexão que é pessoal, autônomo, criativo e rigoroso. As entrevistas permitiram explorar as percepções, atitudes e práticas relacionadas ao uso do benefício, enquanto os questionários quantitativos forneceram informações detalhadas sobre os padrões de gastos e a gestão financeira das famílias.

Ao examinar o comportamento financeiro e os padrões de gastos das famílias beneficiárias do Bolsa Família, foi possível identificar as dificuldades que essas famílias possuem em guardar pequenas partes de seus recursos e alocar em fontes de estratégias financeiras, além de verificar onde sua renda advinda do programa é gasto.

A coleta de dados foi dividida em algumas etapas, como a entrevista com os profissionais de assistência social que atuam no acompanhamento direto das famílias que descumpriram as condicionalidades, Observações de campo, extração de informações dispostas na central do Cadastro Único, visita domiciliar nas residências das famílias beneficiárias do Bolsa Família e questionários através do *google forms*®.

Marconi e Lakatos (2010) descrevem a entrevista semiestruturada como um encontro entre duas pessoas, onde uma busca informações sobre um determinado assunto por meio de uma conversa profissional. Assim para compreender a situação comportamental financeira e os padrões de gastos das famílias assistidas com o programa, a entrevista é o método de coleta mais adequado, permitindo que informações sejam obtidas diretamente através da interação entre o pesquisador e o entrevistado.

Na condução desta pesquisa, contamos com a experiência do pesquisador que está construindo este trabalho, que atualmente se encontra como servidor público municipal, desempenhando o papel de coordenador do Cadastro Único e Bolsa Família. Dessa maneira, foi facilitador o acesso as informações e a comunicação direta com as famílias beneficiadas com o programa.

Durante a pesquisa, foram encontradas algumas barreiras que dificultaram a coleta de dados, como por exemplo, o analfabetismo devido à baixa escolaridade ou a nenhuma escolaridade de alguns beneficiários, que neste caso específico, foram realizadas as entrevistas a domicílio.

4 Apresentação e análise dos resultados

O estudo abordou os comportamentos e decisões dos beneficiários do Bolsa Família quanto à administração do recurso recebido do Governo Federal. A pesquisa, respondida por 120 beneficiários cadastrados e residentes na cidade de Araçagi, abrange participantes de diversos bairros, tanto da zona urbana quanto da rural.

Com transparência e rigor metodológico, os dados foram coletados e apresentados de forma responsável, refletindo com precisão os hábitos financeiros e desafios práticos enfrentados por esses beneficiários. As informações obtidas permitem compreender de maneira clara como esses indivíduos utilizam o benefício para suprir suas necessidades diárias e para poupança e planejamento financeiro.

Tabela 1- Estimativa de poupança mensal do benefício Bolsa Família

PERGUNTA	VALORES	%
Não poupa	89	74,2
Poupa 10%	21	17,5
Sim, guardo entre 10% e 20% do benefício	8	6,7
Sim, guardo mais de 20% do benefício	2	1,7
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A tabela 1 revela um cenário desafiador em relação à capacidade de poupança dos beneficiários do Bolsa Família. Dos 120 entrevistados, 74,2% afirmam não conseguir poupar nenhuma parte do benefício, indicando que a maior parte dos recursos é destinada à subsistência imediata. Apenas 25,8% conseguem guardar alguma quantia, sendo que 17,5% pouparam até 10% do valor e apenas 1,7% conseguem poupar mais de 20%.

Esses dados destacam a dificuldade dos beneficiários em gerar reservas financeiras, refletindo as limitações do benefício em proporcionar margem para acumulação de capital, diante das demandas básicas de consumo.

Tabela 2- Reserva para imprevistos com parte do Bolsa Família

PERGUNTA	VALORES	%
Nunca pensei	6	5
Já pensei, mas não consigo	77	64,2
Às vezes consigo economizar	27	22,5
Sempre economizo para emergências	10	8,3
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A pergunta 2 ilustra a relação desses indivíduos com a criação de uma reserva de emergência utilizando parte do benefício. Os dados revelam que uma maioria significativa dos entrevistados (64,2%) confirma a importância de poupança, mas declara não conseguir poupar. Um percentual menor, 22,5%, consegue economia para situações emergenciais. Apenas 8,3% exigem ter o hábito de sempre reservar parte do benefício para emergências. Por outro lado, 5% dos beneficiários nunca consideraram essa possibilidade.

Esses resultados indicam que, apesar da conscientização de alguns beneficiários sobre a necessidade de poupança, a capacidade de economia ainda é bastante limitada, o que fica perceptível que essas famílias necessitam de uma educação financeira que reverta esse cenário.

Tabela 3- Frequência de poupança do benefício Bolsa Família

PERGUNTA	VALORES	%
Nunca	32	26,7
Raramente	41	34,2
Algumas vezes	43	35,8
Sempre	4	3,3
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A tabela 3 demonstra dados onde revelam que 26,7% dos entrevistados nunca pouparam e 34,2% demonstraram economizar. Uma parcela significativa, 35,8%, afirma conseguir poupar algumas vezes, enquanto apenas 3,3% relatam conseguir poupar de forma constante.

Esses números indicam que, embora exista algum nível de poupança entre os beneficiários, ela ainda é limitada, com uma expressiva maioria relacionada com dificuldade em acumular recursos de forma regular. Isso reflete a realidade financeira desafiadora enfrentada pelas famílias assistidas pelo programa.

Tabela 4- Investimento do benefício Bolsa Família para geração de renda futura

PERGUNTA	VALORES	%
Nunca invisto	47	39,2
Já pensei em investir, mas ainda não comecei	49	40,8
Às vezes invisto em algo	16	13,3
Sim, regularmente invisto parte do benefício	8	6,7
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A pergunta 4 examina dados onde revelam que 39,2% dos entrevistados nunca investiram o valor recebido, enquanto 40,8% já consideraram a possibilidade de investir, mas ainda não iniciaram. Um grupo menor, 13,3%, afirma que algumas vezes conseguem investir, e apenas 6,7% dos beneficiários declaram investir regularmente parte do benefício com o objetivo de gerar renda futura.

Esses resultados indicam que, embora a maioria dos beneficiários demonstre interesse em investir, a prática eficaz de utilizar o benefício para fins de geração de renda é baixa, refletindo as limitações financeiras.

Tabela 5- Aplicação do Bolsa Família para pequenos negócios ou reformas residenciais

PERGUNTA	VALORES	%
Nunca usei o benefício para isso	47	39,2
Já pensei, mas ainda não fiz	39	32,5
Já fiz melhorias na casa com o benefício	26	21,7
Sim, já comecei um pequeno negócio com o benefício	8	6,7
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A tabela 5 apresenta dados onde mostram que 39,2% dos entrevistados nunca deram o valor para fins de montar seu próprio negócio ou investir no domicílio, enquanto 32,5% já

consideraram a ideia, mas ainda não a colocaram na prática. Um grupo de 21,7% relatou ter utilizado o benefício para realizar melhorias em suas casas, e 6,7% pretendem iniciar pequenos negócios com parte do recurso.

Esses resultados indicam que, embora uma parcela significativa dos beneficiários tenha considerado ou utilizada o benefício para melhorar suas condições de moradia ou para empreender, a maioria ainda encontra dificuldades em transformar essa mudança em ação. Isso reflete tanto as limitações do valor do benefício quanto as dificuldades em viabilizar investimentos mais substanciais, seja em reformas ou no empreendedorismo, destacando as barreiras financeiras enfrentadas pelas famílias no uso do recurso para melhorar sua qualidade de vida ou ampliar sua capacidade de geração de renda.

Tabela 6- Obstáculos para guardar ou investir o benefício Bolsa Família

PERGUNTA	VALORES	%
O benefício não é suficiente para guardar ou investir	26	21,7
As despesas básicas consomem todo o benefício	76	63,3
Não sei como começar a guardar ou investir	2	1,7
Conseguo poupar ou investir uma parte do benefício	16	13,3
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A pergunta 6 explora dados dos principais obstáculos enfrentados pelos beneficiários. A maioria expressiva (63,3%) relata que as despesas básicas consomem todo o valor recebido, impossibilitando qualquer forma de poupança ou investimento. Além disso, 21,7% afirmaram que o benefício é insuficiente para esses fins. Apenas 1,7% dos entrevistados mencionaram a falta de conhecimento sobre como começar a poupar ou investir, enquanto 13,3% conseguem poupar ou investir uma parte do benefício.

Esses dados evidenciam que a principal barreira para economizar ou investir está relacionada às necessidades básicas das famílias, que absorvem a parcela do benefício, deixando pouco ou nenhum espaço para planejamento financeiro. Isso reforça a condição de vulnerabilidade financeira dos beneficiários, cuja prioridade é a sobrevivência imediata, com pouco espaço para a criação de reservas financeiras.

Tabela 7- Percepção sobre a melhoria financeira ao guardar ou investir parte do benefício

PERGUNTA	VALORES	%
Não acredito que seria possível	21	17,5
Talvez, mas não sei como	26	21,7
Sim, mas é difícil no momento	55	45,8
Sim, com planejamento seria possível	18	15
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A tabela 7 aborda dados sobre a possibilidade de melhorar a situação financeira dos beneficiários guardando ou investindo parte do benefício. A maior parte dos entrevistados (45,8%) acredita que essa melhoria é viável, mas enfrentará dificuldades no momento. Além disso, 21,7% consideram que, embora possível, não sabem como fazê-lo. Outros 17,5% não acreditam ser possível melhorar financeiramente através da poupança ou investimento do

benefício, enquanto 15% acreditam que, com um bom planejamento, seria possível alcançar essa melhoria.

Esses resultados refletem um sentimento misto entre os beneficiários: apesar de muito sem o potencial de melhorar financeiramente com a poupança ou investimento, eles enfrentam barreiras significativas, como falta de conhecimento, recursos ou planejamento adequado. Isso demonstra que, embora exista uma consciência sobre a importância do planejamento financeiro, as condições socioeconômicas e as limitações práticas impedem a maioria dos beneficiários de concretizar essas ações na prática.

Tabela 8- Áreas de maior gasto com o benefício Bolsa Família

PERGUNTA	VALORES	%
Alimentação	79	65,8
Contas de luz, água e outras utilidades	71	59,2
Roupas e calçados	14	11,7
Educação (material escolar, uniformes, etc.)	21	17,5
Saúde (medicamentos, consultas)	28	23,3
Transporte	12	10
Outros...	4	3,3
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A pergunta 8 apresenta as principais áreas de gasto dos beneficiários do Bolsa Família em Araçagi. A maior parte do benefício é destinada à alimentação, apontada por 65,8% dos entrevistados, seguida por despesas com contas de luz, água e outras utilidades, que consomem o recurso de 59,2% das famílias. Outros gastos incluem saúde (23,3%), educação (17,5%), roupas e calçados (11,7%) e transporte (10%). Apenas 3,3% relataram despesas em outras categorias.

Esses dados demonstram que os beneficiários priorizam itens essenciais para a sobrevivência, como alimentação e despesas básicas, refletindo a importância do programa para o sustento imediato das famílias. A menor alocação de recursos para áreas como educação, saúde e transporte reforça a dificuldade em utilizar o benefício para investimentos em longo prazo ou em condições de melhorar de vida de maneira mais estruturada.

Tabela 9- Interesse em economizar ou investir parte do benefício do Bolsa Família

PERGUNTA	VALORES	%
Não tenho interesse	20	16,7
Talvez, mas depende do custo	37	30,8
Sim, mas preciso de mais informações	34	28,3
Sim, gostaria muito de aprender	29	24,2
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A tabela 9 analisa o interesse dos beneficiários do Bolsa Família em Araçagi em economizar ou investir parte do benefício. Os dados mostram que 30,8% dos entrevistados têm interesse, mas sua decisão depende dos custos envolvidos. Além disso, 28,3% demonstram vontade de poupar ou investir, mas necessitam de mais informações. Um grupo de 24,2%

expressa grande interesse em aprender como fazer isso, enquanto 16,7% não têm interesse em economizar ou investir.

Esses resultados indicam que a maioria dos beneficiários está aberta à ideia de economizar ou investir o benefício, embora muitos desafios enormes de informação e recursos. Isso revela a necessidade de maior orientação financeira e de ferramentas acessíveis para que os beneficiários possam planejar melhor o uso do valor recebido, possibilitando o desenvolvimento de uma maior segurança financeira.

Tabela 10- Prioridades ao investir ou economizar o benefício Bolsa Família

PERGUNTA	VALORES	%
Melhorias na casa	18	15
Educação dos filhos	34	28,3
Pequeno negócio	25	20,8
Guardar para emergências	43	35,8
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A pergunta 10 explora as prioridades dos beneficiários do Bolsa Família em Araçagi ao economizar ou investir o benefício. O principal objetivo indicado foi guardar para emergências, com 35,8% dos entrevistados priorizando essa ação. A educação dos filhos foi a segunda prioridade, apontada por 28,3%. Outros 20,8% manifestaram o desejo de investir em um pequeno negócio, enquanto 15% focariam em melhorias na residência.

Esses dados revelam que, quando os beneficiários conseguem economizar ou investir, suas prioridades são externas para necessidades essenciais e de longo prazo, como segurança financeira, educação e melhorias no lar. Isso reflete um interesse em usar o benefício de forma estratégica, buscando melhorar as condições de vida e criar oportunidades de crescimento.

Tabela 11- Melhoria na qualidade de vida após o Bolsa Família

PERGUNTA	VALORES	%
Sim, melhorou muito	54	45
Sim, melhorou um pouco	62	51,7
Não, permaneceu igual	3	2,5
Não, piorou	1	0,8
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A tabela 11 avalia a percepção dos beneficiários do Bolsa Família em Araçagi sobre a melhoria na qualidade de vida após a implementação do programa. Os dados mostram que 45% dos entrevistados afirmaram que sua qualidade de vida melhorou muito, enquanto 51,7% relatam uma melhoria, mesmo que modesta. Apenas 2,5% afirmam que as suas condições de vida encontradas são iguais, e 0,8% afirmam que a situação é pior.

Esses resultados indicam um impacto positivo do Bolsa Família, com a grande maioria dos beneficiários confirmando melhorias em suas vidas. Essa percepção sugere que, apesar das limitações financeiras e dos desafios enfrentados, o programa tem desempenhado um papel fundamental em fornecer maior segurança e atender às necessidades básicas, contribuindo para um aumento geral no bem-estar da população.

Tabela 12- Influência do Bolsa Família na compra de alimentos e produtos de higiene

PERGUNTA	VALORES	%
Sim, agora consigo comprar todos os itens necessários	26	21,7
Sim, consigo comprar a maioria dos itens necessários	71	59,2
Não, compro apenas alguns itens necessários	21	17,5
Não, não consigo comprar os itens necessários	2	1,7
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A pergunta 12 avalia a influência do Bolsa Família na capacidade de compra de alimentos e produtos de higiene pelos beneficiários em Araçagi. Os dados mostram que 59,2% dos entrevistados conseguiram adquirir a maioria dos itens necessários, enquanto 21,7% afirmam que agora conseguem comprar todos os itens essenciais. Por outro lado, 17,5% relatam que conseguem comprar apenas alguns itens, e apenas 1,7% afirmam que não conseguem.

Esses resultados evidenciam que o Bolsa Família tem um impacto significativo na segurança alimentar e na saúde dos beneficiários, permitindo que a maioria atenda às suas necessidades básicas. No entanto, a existência de um pequeno grupo que ainda enfrenta dificuldades destaca a importância de continuar com políticas que garantam o acesso a alimentos e produtos essenciais para a sociedade mais carente.

5 Considerações finais

Este estudo buscou analisar os padrões de gastos das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família na cidade de Araçagi, com o objetivo de compreender melhor como os recursos recebidos são utilizados e quais comportamentos financeiros são mais comuns entre os assistidos. Os resultados da pesquisa trouxeram à tona algumas reflexões importantes sobre a dinâmica do uso desse benefício e suas implicações no contexto social e econômico local.

Primeiramente, foi possível observar que, em sua maioria, as famílias priorizam o uso do benefício em necessidades básicas, como alimentação, contas de água, luz, medicamentos e itens de higiene pessoal. Essa prioridade reflete a realidade socioeconômica das famílias beneficiadas, que enfrentam dificuldades para suprir suas necessidades mais elementares. A destinação majoritária dos recursos para o consumo básico confirma a função primordial do Bolsa Família, que é a de garantir um mínimo de segurança alimentar e de acesso a bens essenciais.

Outro ponto relevante identificado foi a dificuldade de algumas famílias em destinar parte do recurso para investimentos que poderiam gerar maior sustentabilidade financeira a longo prazo, como educação, qualificação profissional e pequenos negócios. A falta de uma cultura de planejamento financeiro, aliada à pressão imediata por consumo, limita a capacidade dessas famílias de vislumbrar alternativas para a quebra do ciclo de vulnerabilidade social.

No entanto, a pesquisa também revelou situações importantes sobre os comportamentos que apontam para uma tentativa de melhorar a condição financeira, mesmo que de maneira modesta. Em alguns casos, houve relato de famílias que conseguem poupar pequenas quantias ou investir em itens que podem gerar algum tipo de retorno financeiro, como a compra de materiais para pequenos negócios informais.

Esses resultados destacam a necessidade de políticas públicas complementares que ofereçam, além do auxílio financeiro, programas de educação financeira e qualificação profissional. Essas iniciativas poderiam contribuir significativamente para o fortalecimento da autonomia das famílias, permitindo que o benefício do Bolsa Família seja utilizado de maneira

mais estratégica, favorecendo não apenas a sobrevivência imediata, mas também a promoção de melhorias no padrão de vida e de renda a longo prazo.

Em suma, o estudo revelou que, embora o Programa Bolsa Família cumpra seu papel essencial de auxiliar na subsistência das famílias em situação de pobreza, ainda há um caminho a ser percorrido no que diz respeito à promoção de uma cultura de maior planejamento e sustentabilidade financeira entre os beneficiários.

Uma limitação importante deste estudo é a amostra restrita, que pode não representar a diversidade de experiências e realidades das famílias beneficiárias em outras regiões do Brasil. Essa limitação sugere que futuras pesquisas poderiam ampliar o escopo da investigação, incluindo diferentes contextos socioeconômicos e geográficos, para uma análise mais abrangente dos padrões de gastos e comportamentos financeiros. Além disso, seria relevante investigar o impacto de programas de educação financeira e qualificação profissional sobre a capacidade das famílias de planejar e utilizar os recursos recebidos de maneira mais estratégica, promovendo, assim, a autonomia e a melhoria das condições de vida a longo prazo.

Referências

BADER, M.; SAVOIA, J. R. F. Logística da distribuição bancária: tendências, oportunidades e fatores para inclusão financeira. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 2, mar./abr. 2013. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/30276> . Acesso em: 13 out. 2024.

BARROS, Ricardo Paes de; LIMA, Lycia. Avaliação de Impacto de Programas Sociais. *In*: MENEZES FILHO, N. (org.). **Avaliação econômica de projetos sociais**. 1ª ed. São Paulo: Dinâmica Gráfica e Editora, 2012, p. 13-33. Disponível em: https://www5.pucsp.br/ecopolitica/downloads/B_2012_Avaliacao_Programas_Sociais.pdf. Acesso em: 18 abr. 2024.

BISCHOFF, Leila Maria. **Avaliação do programa Bolsa Família no município de Taquara – RS**. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Faculdades Integradas de Taquara, Taquara, 2015. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/Leila%20Bischoff.pdf> Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. Cartilha do Programa Bolsa Família. Brasília, **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome**, 06 mar. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 16 abr. 2024.

BRASIL. Informe Bolsa Família 39. Brasília, **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome**, 18 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia/informes/informes-bolsa-familia>. Acesso em: 03 abr. 2024.

BRASIL. Lei 10.836, de 9 de Janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm. Acesso em: 31 mar. 2024.

BRASIL. Lei 14.601, de 19 de junho de 2023. Institui o Programa Bolsa Família. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 2023. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/Lei/L14601.htm. Acesso em: 31 mar. 2024.

CAMARGO, J. M. Política social no Brasil: prioridades erradas, incentivos perversos. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 18, n.2, p. 68-77, 2004.

CARVALHO JÚNIOR, Pedro H. B. **Análise do gasto da união em ações assistenciais ou focalizado na população pobre e em benefícios previdenciários de fortes impactos sociais**. Brasília: Ipea, 2006 (Texto para discussão n. 1236). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1704>. Acesso em: 07 abr. 2024.

CERBASI, Gustavo. **Como organizar sua vida financeira**. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

COSTA, Mayla Cristina. **Finanças pessoais: um estado da arte**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001414220>. Acesso em: 21 abr. 2024.

ESTRELLA, J.; RIBEIRO, L. M. Qualidade da gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família: uma discussão sobre o índice de gestão descentralizada. **Revista de Administração Pública**. São Paulo, v. 42, n. 3, p. 625-641, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama Araçagi. **IBGE**, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/aracagi/panorama>. Acesso em: 22 out. 2024.

JACOB, Katy *et al.* **Tools for survival: An analysis of financial literacy programs for lower income families**. Chicago: Woodstock Institute, Jan/2000

KLEIN, Carin. A produção da maternidade no Programa Bolsa Família. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n.13, p. 31-52, jan.-abr. 2005

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SANTOS, S. R.; FERREIRA, J. B. **Endividamento e crédito consignado: o perfil do idoso uberlandense**. 2019. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª edição. São Paulo: Cortez editora, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Sila e. Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1429-1439, 2007.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 3, n. 4, p. 144–159, jun. 2006.